

**POR OUTROS SABERES CULTURAIS, POR OUTRAS PRÁTICAS
ESCOLARES: reflexões sobre o Programa Mais Cultura nas Escolas (PMCE)**

Thaís Vinhas¹

RESUMO: O artigo propõe algumas reflexões sobre o Programa Mais Cultura nas Escolas (PMCE), ação que visa incentivar a circulação de referenciais da cultura brasileira, em sua diversidade de expressões, nos contextos escolares. Esse programa é resultado de um processo de aproximação institucional entre o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Educação (MEC) para o desenvolvimento de ações culturais em escolas públicas, através da elaboração e implementação de políticas intersetoriais entre cultura e educação. O presente texto centra sua análise em documentos norteadores do PMCE, procurando evidenciar aspectos constituintes da sua estrutura expressos nos discursos normativos e institucionais, observando em que medida seus objetivos e ações podem possibilitar o cruzamento de saberes e práticas culturais e educativas, tecendo vivências e experiências que busquem significar as formas de aprender e apreender a realidade em sua complexidade, como campo possível para a promoção de diálogos horizontais entre diferentes grupos culturais, ao mesmo tempo em que pode encaminhar para a produção de saberes e práticas mais dialógicas, polifônicas e democráticas.

Palavras-chave: Políticas Culturais; Educação escolarizada; Programa Mais Cultura Nas Escolas;

POLÍTICAS CULTURAIS: diálogos possíveis entre cultura e educação

Nas recentes formulações teóricas sobre o campo cultural em sua relação direta com as discussões sobre políticas públicas, diferentes categorias analíticas perpassam o conceito de cultura. A noção de centralidade que a cultura assume nos estudos atuais, a compreensão da diversidade como eixo gravitacional da cultura e o entendimento da cultura como um direito humano fundamental para os indivíduos e a coletividade são, portanto, elementos essenciais a serem considerados na formulação de políticas públicas para a área cultural.

Assumir essa ordem discursiva tem como ponto de partida a evidência de que a ideia de cultura, tanto como conceito como experiência, é uma construção elaborada historicamente, e não se constitui de forma natural e consensual, sendo uma arena onde

¹ Doutoranda do Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia-UFBA; Professora Assistente do Curso de História na Universidade do Estado da Bahia-UNEB/Campus XVIII; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB. E-mail: taivinhas@hotmail.com. As reflexões apresentadas nesse texto fazem parte da Pesquisa “A Invenção do Possível”: políticas, saberes e práticas culturais na escola”, tese em desenvolvimento no Doutorado do Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade-UFBA, sob a orientação do professor José Roberto Severino.

diferentes relações de poder se interpõem e perpassam seu campo de sentido e significados (HALL, 1997).

Nesse percurso histórico, a noção da diferença cultural foi mobilizada como marcador das relações de poder que configuraram realidades sociais, e as desigualdades decorrentes desse processo podem ser o resultado da hierarquização da diversidade cultural tendo como base a concepção que perdurou, durante longo tempo, de que existem culturas superiores e inferiores.

Reconhecendo que esse processo configurou realidades onde grupos e indivíduos estiveram à margem dos discursos de legitimização de uma ordem social que se pretendia culturalmente homogênea, as discussões que emergem no limiar do século XXI é a de como conciliar a dimensão plural da cultura com as plataformas governamentais e a necessidade de garantia dos direitos culturais. Essa concepção é direcionada para o âmbito de formulação e implantação de políticas culturais, instrumento que direciona as ações a serem desenvolvidas pelo poder público no campo da cultura.

Na realidade brasileira, onde o processo colonizador eurocêntrico delineou o lugar dos diferentes sujeitos e grupos sociais no discurso oficial e na formulação da ideia de uma identidade nacional, a nossa diversidade formadora emerge, nesse início de século, como força propulsora que tensiona e busca recolocar a cultura como direito, em sua pluralidade de formas e expressões e em seus múltiplos processos identitários. Nesse sentido, mais do que nunca a compreensão do conceito de cultura também como dispositivo de poder e da diversidade cultural como elemento fundamental da humanidade, tornaram-se essenciais para a formulação de políticas públicas para o setor

A diversidade cultural deve ser imaginada como campo de forças, em continuada tensão, bem distinta do consenso quase harmônico inscrito nos documentos oficiais vigentes, internacionais e nacionais. Em lugar de um mero acervo multicultural, a diversidade cultural deve interpelar as políticas culturais com suas tensões, contradições, dilemas, impasses, desvios: enfim, como tudo aquilo que é um desafio demasiadamente humano. ((RUBIM, 2009, p.112)

Sob esse direcionamento, operacionalizar políticas culturais a partir dessa compreensão requer a redefinição da atuação do Estado e da sociedade civil em relação ao campo cultural, da ampliação conceitual sobre cultura e políticas culturais e das

articulações necessárias para que a política efetive ações capazes de superar problemas históricos que permeiam a relação cultura, Estado, diversidade e direitos culturais.

Nesse sentido, Canclini (1987, p. 50) afirma que “como não há uma só cultura legítima, a política cultural não deve dedicar-se a difundir só a hegemônica, mas a promover o desenvolvimento de todas as que sejam representativas dos grupos que compõem uma sociedade.”

Alicerçada nesses fundamentos, o desafio que se coloca é o de engendrar os caminhos possíveis para que as políticas culturais contemporâneas possam reconhecer, estimular e criar estratégias de valorização da diversidade cultural, considerando que as diferentes sociedades comportam uma pluralidade de referenciais culturais oriundos dos grupos que participam da vida coletiva em uma dada realidade.

No contexto brasileiro, o início do século XXI inaugurou um novo momento de concepção, proposição e implementação de políticas culturais. Discussões acerca do papel e responsabilidade do Estado nesse processo, o reconhecimento da diversidade de expressões culturais existentes no Brasil e da necessária mobilização e participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, as ações de descentralização dos mecanismos de gestão e a compreensão de serem os direitos culturais elemento central das políticas de cultura na atualidade, marcaram as estratégias de redirecionamentos de práticas governamentais voltadas para o âmbito cultural no país.

Nessa conjuntura, o Ministério da Cultura (MinC) investiu no processo de reordenamento de suas ações, buscando consolidar a organização institucionalizada da cultura, estratégia que possibilitaria uma estabilidade necessária ao desenvolvimento do setor. Dado emblemático que caracteriza esse momento foi a elaboração e implementação do Plano Nacional de Cultura no ano de 2010, instrumento de planejamento para o período de um decênio, “um plano que reflete o esforço coletivo para assegurar o total exercício dos direitos culturais dos brasileiros e brasileiras de todas as situações econômicas, localizações, origens étnicas e faixas etárias”².

O PNC torna-se elemento balizador das estratégias a serem desenvolvidas em diferentes aspectos da organização cultural do país, entre elas as articulações necessárias à formulação de políticas culturais, como a proposição de ações e políticas intersetoriais possíveis de potencializar os resultados pretendidos, considerando que a cultura

² Metas do Plano Nacional de Cultura, 2001, p. 5

"perpassa transversalmente todas as outras esferas societárias, como figura quase onipresente" (RUBIM, 2007, p. 148).

Nesse direcionamento, um diálogo que tem se intensificado é a relação entre cultura e educação e a articulação dessas dimensões através do desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, que envolvem, dentre outros aspectos, as etapas de escolarização em suas relações cotidianas com as manifestações e expressões culturais, através da aproximação entre dinâmicas culturais e contextos escolares.

Uma das reflexões realizadas sobre a relação cultura e educação escolarizada foi a de que essa integração deve ter como um de seus fundamentos o reconhecimento da escola como espaço para a problematização de relações culturais permeadas por práticas de poder, delineadas em um complexo jogo de tensões e negociações culturais que perpassam realidades fortemente marcadas pela diversidade cultural, como no caso da brasileira

Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. (CANDAU, 2008, p. 52)

Assim, a aproximação entre cultura e escola através das ações estruturadas na implementação de políticas culturais intersetoriais pode possibilitar, na experiência formativa, o cruzamento de saberes e práticas culturais e educativas, tecendo vivências e experiências que busquem significar as formas de aprender e apreender a realidade em sua complexidade, como campo possível para a promoção de diálogos horizontais entre os diferentes grupos culturais, ao mesmo tempo em que pode encaminhar para a produção de saberes e práticas mais dialógicas, polifônicas e democráticas.

POLÍTICAS INTERSETORIAIS E APROXIMAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE O MINC E O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

Em uma caminhada histórica marcada pela atuação controversa do Estado no campo da cultura, intercalando momentos de “ausências, autoritarismo e instabilidade³”, o desafio colocado para o Estado brasileiro desde as últimas décadas do século XX é o de projetar o cenário cultural alicerçando-o em bases mais democráticas, considerando a diversidade cultural característica da sociedade brasileira e as relações históricas estabelecidas nos contatos entre os diferentes grupos culturais. Em 2003 esse projeto começa a se estruturar a partir do reordenamento institucional do MinC.

Assumindo uma ordem discursiva que enfatizava uma rasura com as concepções de cultura centradas nas grandes artes, na produção simbólica da elite econômica brasileira e na centralização da atuação do ministério em regiões e campos específicos, noções que fundamentaram a gestão pública da cultura no Brasil durante longo tempo, a reestruturação do Ministério foi direcionada para suas bases epistemológicas- acionando um conceito de cultura centrado no reconhecimento da diversidade, dos direitos e da cidadania cultural; em suas bases institucionais- assumindo as políticas culturais como campo estratégico de atuação e fortalecimento do órgão e reivindicando uma proposta orçamentária que pudesse garantir seu funcionamento; e em suas bases operacionais, propondo um diálogo horizontal entre Estado e sociedade para identificar demandas socioculturais e direcionar ações que pudessem alcançar diferentes sujeitos e espacialidades. (RUBIM, 2008).

As políticas culturais, através de seus programas e ações, passam a ser pensadas, formuladas e implementadas buscando viabilizar, no campo prático, o novo discurso assumido pelo ministério. A partir de então, a proposta de construção de um projeto democratizante para a cultura no Brasil foi sucedida, por mais de uma década, de um conjunto de ações direcionadas para a elaboração e operacionalização de programas e projetos que pudessem colocar o arcabouço teórico assumido no campo discursivo em uma dimensão prática, tendo na elaboração de políticas culturais sua principal estratégia de atuação.

³ Ao tecer um panorama histórico da relação Estado e cultura no Brasil, Rubim (2007) evidencia que esse processo esteve assentado nesses três aspectos.

Essa perspectiva encaminhou para o estabelecimento de um diálogo entre diferentes organismos da administração pública comprometidos com transformações na realidade social do país a partir do princípio democrático. Reconhecendo a importância dos processos formativos, dentre eles as etapas de escolarização, para a projeção de um futuro com possibilidades sociais, políticas, econômicas e culturais mais igualitárias, o MinC sinalizou, desde o ano de 2003, a relevância da aproximação entre os órgãos gestores da cultura e da educação para conjuntamente elaborarem estratégias e ações direcionadas à valorização e reconhecimento da diversidade cultural brasileira através da aproximação entre dinâmicas culturais e contextos escolares, incentivando a promoção, circulação e apropriação de saberes diversos.

Em uma conjuntura em que o Brasil busca elaborar um redesenho macropolítico de suas instituições, as áreas da cultura e educação passam por reformulações significativas, fundamentando suas ações nos princípios democráticos de acesso, equidade, direitos, cidadania, participação. Da mesma forma com o que vinha acontecendo com o MinC nesse período, o campo educacional também vivencia mudanças substantivas em suas estruturas de funcionamento, reelaborando seus marcos regulatórios e implementando novas legislações, normatizações, diretrizes e programas.

Nessa caminhada, inevitável a aproximação entre cultura e educação. Assim, no ano de 2007 uma portaria interministerial envolvendo os Ministérios da Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Esporte e Cultura instituiu o Programa Mais Educação, visando a implementação do ensino integral em escolas públicas brasileiras, através da realização de atividades socioeducativas no período de contraturno escolar. O programa tem como uma de suas finalidades

Promover a formação da sensibilidade, da percepção e da expressão de crianças, adolescentes e jovens nas linguagens artísticas, literárias e estéticas, aproximando o ambiente educacional da diversidade cultural brasileira, estimulando a sensorialidade, a leitura e a criatividade em torno das atividades escolares. (BRASIL, 2007a, p. 2)

Considerando o contexto multicultural brasileiro, marcado por excludências e desigualdades que invisibilizaram diferentes grupos e expressões culturais, assumir a cultura como uma das categorias fundamentais das práticas educativas sinaliza a possibilidade de emergência de uma realidade social em que o direito à cultura e a sua fruição se constitua de forma mais igualitária entre os indivíduos e os diferentes grupos

humanos, o que implica, fundamentalmente, o fortalecimento das redes de formação e os processos de escolarização

No campo institucional da cultura, desde 2003 o MinC vem reconhecendo a importância da articulação da cultura com os processos educativos e tem depreendido um esforço em instituir, na sua estrutura funcional, organismos direcionados à estabelecer um diálogo entre os órgãos gestores da cultura e educação e promoverem a integração das áreas através de políticas e programas. Resultados desse esforço é a criação da Diretoria de Educação e Cultura (2012) da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério, posteriormente transformada em Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (2015).

Outro encaminhamento essencial foi a formulação de políticas e programas que articulassem em suas bases os dois campos. Na busca por efetivar essa proposta, uma das primeiras ações delineadas no âmbito do MinC foi a criação e implementação, no ano de 2004, do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA. O Cultura Viva torna-se um dos maiores programas do ministério, atuando em diferentes frentes na busca por promover ações horizontais capazes de ampliar as possibilidades de fruição, produção e difusão cultural para diferentes locais do território nacional, alcançando comunidades, grupos e expressões culturais diversas que estiveram durante longo tempo à margem da política cultural nacional, reconhecendo esses sujeitos e suas produções simbólicas como parte constituinte do mosaico heterogêneo da cultura brasileira.

Ao inserir a educação como um dos seus eixos norteadores, o MinC oficializa, simbolicamente, o entendimento de que a integração entre cultura e escola configura-se como um caminho possível para transformações significativas na realidade sociocultural do país, onde os processos de aprendizagem possam estimular novas relações entre diferentes universos culturais. A partir de então, diversos encontros, acordos e portarias interministeriais passam a ser elaborados na tentativa de realização de atividades sistemáticas e colaborativas entre as duas pastas.

Processo lento, tensionado por problemas orçamentários, operacionais e legais, mas que a partir da segunda década do século XXI começa a se constituir de forma mais sistemática, culminando com a assinatura de um acordo interministerial entre MinC e MEC para promoverem, conjuntamente, a relação cultura e educação através de programas e ações delineados em políticas públicas intersetoriais, contemplando de

forma especial a educação escolarizada. Um acordo que converge com o esforço depreendido pelo MinC em reconhecer a escola como *lócus* essencial para as mudanças culturais pretendidas pelo ministério em seu ensejo de contribuir com uma realidade cultural mais plural, inclusiva e democrática.

Assim, o desenho de uma Política Nacional de Cultura para Educação Básica proposta no Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2011- MinC/MEC, estabeleceu como finalidade das suas ações "fazer da escola o grande espaço para circulação da cultura brasileira, acesso aos bens culturais e respeito à diversidade". A formulação do Programa Mais Cultura nas Escolas (PMCE) foi um dos resultados significativos dessa integração.

O PROGRAMA MAIS CULTURA NAS ESCOLAS (PMCE)

O texto de apresentação do Programa Mais Cultura nas Escolas indica que o projeto articulado de cultura e educação "tem por finalidade fomentar ações que promovam o encontro entre experiências culturais e artísticas em curso na comunidade local e o projeto pedagógico de escolas públicas" através da realização de atividades que estimulem o desenvolvimento de "processos artísticos e culturais contínuos", que sejam capazes de valorizar "o diálogo entre saberes comunitários e escolares" e "integrar espaços escolares com espaços culturais diversos"⁴.

Instituído através de um documento publicado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no ano de 2012⁵, a implementação do PMCE foi norteadada por resoluções que passaram a regulamentá-lo⁶, e por dois documentos elaborados pelo MinC para orientar o acesso das escolas e iniciativas culturais ao

⁴ Resolução CD/FNDE nº 30 de 03/08/2012

⁵ O programa foi instuído pela Resolução CD/FNDE nº 30 de 03/08/2012, revogada pela Resolução nº 04 de 31/03/2014- FNDE/MEC. Com a revogação da Resolução de 2012, algumas alterações foram delineadas na nova resolução de 2014. Essas alterações foram direcionadas ao repasse e utilização do recurso financeiro que passaram a ser regidos pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); à inserção do eixo temático Formação Literária e Difusão da Cultura; à responsabilidade da Secretaria de Políticas Culturais (SPC) do MinC de avaliar as Iniciativas Parceiras através de sua experiência na área cultural, atuação no campo definido no projeto pedagógico da escola e que pertença à comunidade onde a escola está inserida ou tenha vínculo sociocultural com a unidade escolar; e aos critérios de seleção, que deixaram de ser validados e passaram a ser avaliados e aprovados pela Secretaria de Educação Básica (SEB-MEC) e a SPC- MinC.

⁶ Além da Resolução nº 04 de 31/03/2014- FNDE/MEC, o programa também é regido Resolução CD/FNDE n. 10 de 18/04/2013, que dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), forma como recurso financeiro será disponibilizado para a execução do PMCE.

programa: o Manual de Desenvolvimento das Atividades e o Guia de Perguntas e Respostas Frequentes.

Esse *corpus* documental sinaliza diversos aspectos sobre a finalidade, objetivos, estrutura funcional e utilização dos recursos financeiros disponibilizados para o PMCE, evidenciando aspectos inerentes à concepção integrada entre cultura e escola que passam a direcionar as ações. No presente artigo, a observância dessas questões estará centrada na relação cultura e escola evidenciada nesses documentos oficiais.

O desenvolvimento do Mais Culturas nas Escolas está diretamente articulado aos programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador. No Manual de Desenvolvimento das Atividades é salientado que

O Programa Mais Cultura nas Escolas pretende dar um salto qualitativo nas atividades artísticas e culturais desenvolvidas nos Programas Mais Educação (PME) e Ensino Médio Inovador (PROEMI). Desta forma, destaca-se que os Planos de Atividades Culturais devem ser aprofundados, não repetindo atividades já desenvolvidas no PME e PROEMI, para atender aos objetivos da parceria MinC/MEC. (MANUAL, P. 11)

Arelados aos programas governamentais coordenados pelo MEC, um dos princípios norteadores da proposta é que o PMCE possibilite uma dinamização na vivência escolar através da inserção de atividades culturais diferenciadas para a promoção da educação em tempo integral e a implementação de propostas curriculares inovadoras que possam incidir na melhoria da qualidade da educação e na permanência dos estudantes na escola.

O programa se desenvolve através da execução de um Plano de Atividade Cultural que deve ser elaborado conjuntamente pela gestão da unidade escolar e o parceiro cultural e estar estritamente relacionado com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Essa deliberação do programa já incentiva a aproximação de diferentes organizações culturais da comunidade com as escolas, para realizarem de forma colaborativa ações que contemplam saberes e expressões culturais diversas.

As atividades propostas devem considerar dez eixos temáticos que contemplam a residência de artistas para pesquisa e experimentação nas escolas, a criação, circulação e difusão da produção artística, a promoção cultural e pedagógica em espaços culturais, a educação patrimonial, a cultura digital e comunicação, a cultura afro-brasileira, as culturas indígenas, a tradição oral, a educação museal e a formação literária e difusão da

cultural, dinamizando práticas diferenciadas de educação e incluindo a participação de diferentes sujeitos, com seus saberes, nos processos formativos escolares.

São objetivos do Mais Cultura nas Escolas:

- . Reconhecer e promover a escola como espaço de circulação e produção da diversidade cultural brasileira;
- . Contribuir com a formação de público para as artes e ampliar o repertório cultural da comunidade escolar;
- . Desenvolver atividades que promovam a interlocução entre experiências culturais e artísticas e o projeto pedagógico de escolas públicas de Educação Integral;
- . Promover, fortalecer e consolidar territórios educativos, valorizando o diálogo entre saberes comunitários e escolares, integrando na realidade escolar as potencialidades educativas do território em que a escola está inserida;
- . Proporcionar encontro entre vivências escolares e manifestações artísticas e culturais fora do contexto escolar;
- . Ampliar e aprofundar a inserção de repertórios e práticas que contemplem a diversidade artística e cultural brasileira na vivência escolar;
- . Promover o reconhecimento do processo educativo como construção cultural em constante formação e transformação;
- . Fomentar o comprometimento de professores e estudantes com os saberes culturais locais;
- . Contribuir para a ampliação do número dos agentes sociais responsáveis pela educação no território, envolvendo iniciativas culturais dos territórios nos processos educativos em curso nas escolas;
- . Proporcionar aos estudantes vivências artísticas e culturais promovendo a afetividade e a criatividade existentes no processo de ensino e aprendizagem.

A amplitude de objetivos do programa presentes no texto documental sinaliza para concepções fundamentais que devem perpassar a mobilização de referenciais culturais em contextos escolares. O reconhecimento da diversidade cultural, o deslocamento da escola como *lócus* privilegiado de ensino evidenciando outros espaços de aprendizagem, interligando escola, cultura e comunidade, a ampliação do número de agentes responsáveis pelos processos formativos, englobando docentes, discentes, mestres da cultura popular, artistas e os múltiplos sujeitos que pertencem à realidade social que circunda a escola, o incentivo à valorização dos saberes locais e a ressignificação dos currículos e conteúdos propostos nos objetivos do programa podem dar significado ampliado à educação como prática cultural, e possibilitar a difusão da potência crítica da cultura na compreensão da realidade em sua constituição histórica.

Esse reconhecimento da diversidade de sistemas culturais e da condição da cultura como processo em um documento oficial orientador de práticas educativas e culturais coloca um desafio à tradição histórica brasileira, que durante longo tempo fundamentou um discurso centrado em uma cultura nacional homogênea desconsiderando os múltiplos sistemas culturais existentes no país, no qual a escola ocupou um lugar fundamental de legitimação dessa ordem discursiva. Mas como contraponto, a mesma instituição que contribuiu para a legitimação dessa representação da cultura pode tornar-se, também, espaço potencial para sua problematização e ressignificação.

O documento assume como estratégia para problematizar essa realidade a possibilidade de que diferentes referenciais da cultura brasileira, expressos em práticas e saberes diversos, possam circular pela escola, permitindo, como afirma Martín-Barbero (2008, p. 239), a "articulação de conhecimentos especializados com aqueles outros que provêm da experiência social e das memórias coletivas".

Entretanto, vale salientar que as diretrizes documentais que norteiam o PMCE não aprofundam questões essenciais, como as bases epistemológicas que fundamentam suas ações e os conceitos que devem permear as práticas educativas. Consideramos que os fundamentos epistemológicos são essenciais para a concretização das diretrizes, ações e programas, pois a partir do ângulo que se aborde, esses direcionamentos podem consolidar práticas clássicas de desigualdades ou direcionar para caminhos mais democráticos de direito à cultura através de relações interculturais onde as diferenças, a diversidade e a heterogeneidade, tão presentes nos universos da cultura e da escola, sejam pensadas de forma crítica.

A ênfase dos documentos nos aspectos técnicos e burocráticos do Programa acaba por esvaziar sua potência epistemológica e conceitual, atenuando a probabilidade da cultura problematizar a realidade social e evitando que ela ocupe um lugar de superfície no espaço escolar, com um foco centrado apenas em sua condição de positividade, voltada para o reconhecimento da diferença e no dever de tolerância, em uma perspectiva simplista e naturalizada. Sobre esse aspecto, Silva (2014, p. 100) ressalta que “antes de tolerar, respeitar e admitir a diferença é preciso explicar como ela é ativamente produzida”.

O grande desafio encontra-se na operacionalização do programa em contextos socioculturais específicos. Nesse sentido, torna-se necessário evidenciar que esses

documentos representam aspectos da base legal do programa, o que não corresponde à sua aplicação real, dada a complexidade de efetivação de uma ação de política pública que envolve diferentes sujeitos e instituições, considerando que há um caminho a ser trilhado entre a formulação, a implementação e seus resultados, processo marcado por circunstâncias diferenciadas e especificidades de cada realidade onde essa ação será implementada.

O olhar sobre o programa a partir dos documentos institucionais constitui apenas uma faceta de um projeto que pretende compreender a trajetória entre a normatização e a ação, trilhando os caminhos entre a formulação de políticas públicas voltadas para a integração cultura e escola e os programas que delas derivam, como investigar também os saberes e práticas mobilizados para operacionalizar essas políticas, considerando as especificidades dos contextos, a compreensão dos sujeitos sobre essa integração e os objetivos que pretendem alcançar com os projetos desenvolvidos.

Esse percurso pode evidenciar a relevância dos atores dos universos culturais e escolares na construção dos sentidos efetivos das políticas públicas, em seus limites e possibilidades de produzirem equidade, compartilhamento e promoverem mudanças significativas na realidade sociocultural. Assim, essa reflexão encontra seu sentido mais profundo na compreensão de que “a política não garante a felicidade nem confere significado às coisas. Ela cria ou recusa condições de possibilidade, interdita ou permite: torna possível ou impossível” (CERTEAU, 2012, p. 214).

PARA FINALIZAR, ALGUMAS REFLEXÕES

Na contemporaneidade, a relevância de efetivação de políticas públicas integradas entre cultura e educação, com ênfase na educação escolarizada, pode ser justificada a partir da análise de nosso percurso histórico e a forma como educação escolarizada e cultura foram mobilizadas na configuração desigual de nossa realidade sociocultural, considerando que historicamente a escola brasileira adotou modelos de funcionamento em que a diversidade de expressões culturais esteve à margem dos programas curriculares, em detrimento da difusão de uma cultura hegemônica de matriz eurocêntrica. (DAYRELL, 1996).

Possibilitar a presença de outros sujeitos e a realização de outras práticas culturais no contexto escolar, que reconheça e valorize a diversidade simbólica existente nas diferentes formas de compreender a realidade, diz respeito a circulação nos

contextos escolares de diferentes saberes produzidos pelos diversos grupos sociais, que podem recolocar os processos de aprendizagem como estratégias de problematização dos conhecimentos hegemonicamente selecionados para compor os currículos,

O Programa Mais Cultura nas Escolas, em sua finalidade, eixos e objetivos pode auxiliar a escola a cumprir esse papel. Entretanto, não podemos negligenciar que a proposta do PMCE evidencia a complexidade inerente à articulação cultura e escola via política pública intersetorial, o que tangencia um percurso que se inicia com os fundamentos diretivos da formulação das políticas e a implementação dos seus programas em contextos diversos, a partir das ações que serão desenvolvidas pelos diferentes sujeitos.

A conclusão da primeira etapa do programa aconteceu no final do ano de 2016, portanto, ainda existem poucos dados institucionais que possam avaliar com mais precisão os impactos mais globais da proposta. Por enquanto, algumas informações e números oficiais nos possibilitam fazer algumas inferências sobre o andamento do programa, a partir do olhar crítico sobre os documentos, o entrecruzamento de dados e a observação da conjuntura em que o programa encontra-se inserido.

No seu processo de implementação, o PMCE enfrentou problemas para o cumprimento da sua agenda por causa de questões orçamentárias que atrasaram o repasse do recurso financeiro às unidades escolares. No segundo semestre de 2014, o PMCE começa a se desenvolver em 5.069 escolas, dois anos após a sua instituição legal. Atrelado ao Programa Mais Educação e Ensino Médio Inovador, a proposta não se destina a totalidade de escolas existentes no país, o que delimita a sua abrangência.

Para termos uma dimensão estatística dessa realidade, em um levantamento realizando pelo MinC/MEC sobre as escolas habilitadas a participarem do programa, foram identificadas 14.300 mil escolas que correspondiam aos critérios definidos para a implementação do PMCE. O Censo Escolar da Educação Básica de 2014, ano em que o Mais Cultura nas Escolas começou a ser executado, indicou que o Brasil possuía 115.254 mil escolas públicas em funcionamento⁷. Ou seja, as escolas habilitadas correspondem a cerca de pouco mais de 12% do total das instituições escolares. Para um programa que está em sua primeira versão, esse pode ser um dado bastante significativo, porém, dada a relevância do projeto, a sua ampliação deve ser uma

⁷ Dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação relativos ao ano de 2014, disponível em <http://www.fnde.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/item/6040-programa-alcan%C3%A7a-12-do-total-de-matr%C3%ADculas-das-redes-p%C3%BAblicas>

discussão necessária, propiciando que as escolas brasileiras possam viabilizar uma integração com a cultura a partir dos fundamentos norteadores do programa.

Um dado relevante sobre o perfil das escolas que desenvolveram o PMCE é que a maior parte dos discentes matriculados nessas instituições (67%) são beneficiários do programa Bolsa-Família, ação do governo federal direcionada a famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social. Informação que deve ser considerada na avaliação do programa e no incentivo a sua permanência no conjunto de ações do Estado voltadas à promoção da equidade sociocultural, principalmente se considerarmos o percurso histórico do Brasil e a percepção de que as desigualdades econômicas tem profundas relações com hierarquização das diferenças culturais. Assim, esses resultados parciais ganham um significado mais profundo e valida o esforço do MinC e do MEC na culminância do programa.

Entretanto, na atualidade uma sombra de incertezas paira sobre o Mais Cultura nas Escolas, uma vez que a viabilização de um programa com esse alcance necessita de um mínimo de institucionalidade que garanta o seu funcionamento.

A reorganização institucional do MinC ocorrida em agosto de 2016 extinguiu a Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (SEFAC), responsável desde o ano de 2015 por promover ações estratégicas de interrelação entre cultura e educação, assumindo a coordenação dos programas Mais Cultura nas Escolas, Mais Culturas nas Universidades e Pronatec Cultura, antes a cargo da Secretaria de Políticas Culturais, também extinta pelo Decreto nº 8.837/16.

A potência crítica da cultura na compreensão da realidade e na luta pelas transformações socioculturais pode ser melhor percebida pelas insistentes tentativas de determinadas gestões do governo federal de enfraquecimento institucional do campo cultural. Ação ocorrida em diferentes momentos da história do Brasil e que se repete na atualidade. Os impactos da desarticulação institucional do campo causam ressonâncias em diferentes instâncias da vida social, e em grande medida na dimensão educacional.

Os desdobramentos da atual reconfiguração do MinC em suas bases políticas, institucionais e administrativas nos coloca, talvez perplexos, diante da ideia clara de que na área cultural ainda não superamos aquilo que Rubim (2007) definiu como sendo as nossas “tristes tradições”.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Guia de Perguntas e respostas frequentes**- Programa Mais Cultura nas Escolas. Disponível em:
<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/Perguntas+frequentes+Mais+Cultura+-+29122014.pdf/f38f3b1e-02e5-4e86-9831-6c304dbb50f0>. Acesso em 02 de fevereiro de 2017.

BRASIL. **Manual de desenvolvimento do Programa Mais Cultura nas Escolas**. Disponível em:
http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1236956/manualdesenvolvimento_maiscultura_nasescolas_2015.pdf/59cd480b-5d23-4ab8-91b7-a8196370da72.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE n° 30/2012. Disponível em:
https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000030&seq_ato=000&vlr_ano=2012&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC

BRASIL. Resolução/CD/FNDE n° 4/2014. Disponível em:
https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000004&seq_ato=000&vlr_ano=2014&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC

CANCLINI, Néstor Garcia. **Políticas Culturales in América Latina**. México: Editora Grijalbo, 1987.

CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade**: as tensões entre igualdade e diferença Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.p. 45-56

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Caderno Educação e Realidade – FAGED-UFRGS, jul./dez. 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Saberes hoje: disseminações, competências e transversalidades. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (Orgs.). **Comunicação e História**: interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X e Globo Universidade: 2008, p. 237-251

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais e Sociedade do conhecimento no Brasil**. Revista de Investigaciones Políticas e Sociológicas. Vol. 07, nº 001. Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, España, 2008. P.127-142.

_____. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador, EDUFBA, 2007.

Políticas culturais e novos desafios. Matrizes- Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. São Paulo, Ano 02, nº 02. p. 93-115. 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença.** In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.